

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/06/2015 a 31/06/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Exportações da Argentina para o Brasil poderão chegar a 300 mil toneladas.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 01/06/2015.....	3
<b>Kátia Abreu: Acordo Mercosul/UE pode avançar no segundo semestre</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 10/06/2015 .....	4
<b>País quer pacto com chineses, diz Kátia Abreu.</b> Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 11/06/2015 .....	4
<b>China, EUA, Países Baixos, Alemanha e Tailândia importam US\$ 4,6 bi do Brasil em maio</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/06/2015.....	5
<b>Governo brasileiro suspende importação de maçãs argentinas.</b> Natuza Nery – Folha de São Paulo, Mercado. 13/06/2015 .....	6
<b>Mercosul debate apoio à agricultura familiar</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 17/06/2015 .....	8
<b>Jorge Almeida: O imperialismo é um tigre chinês.</b> Jorge Almeida – Folha de São Paulo, Opinião. 17/06/2015.....	9
<b>Bayer CropScience se prepara para criação de megaconcorrente</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 19/06/2015 .....	10
<b>BRF fortalece operações na Argentina.</b> Marli Olmos – Valor Econômico, Agronegócios. 22/06/2015 .....	11
<b>União Europeia aprova comércio da soja transgênica brasileira</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 23/06/2015 .....	12
<b>Diretor do Banco Mundial afirma que mundo precisa aprender com Brasil</b> - Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2015.....	13
<b>Brasil enfrenta discriminação nas negociações internacionais, avaliam representantes brasileiros na Expo Milão 2015</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 24/06/2015.....	14
<b>Demanda chinesa evita retração maior dos embarques brasileiros.</b> Fernanda Pressinott e Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 25/06/2015.....	15
<b>Clima ameaçará produtividade agrícola dos EUA até 2100, projeta EPA.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2015 .....	15
<b>Novas estimativas do IGC confirmam oferta global confortável de grãos.</b> Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2015 .....	17
<b>Crise russa faz Brasil parecer mais atraente</b> – O Estado de São Paulo, Empresas e Negócios. 28/06/2015.....	17

## **Exportações da Argentina para o Brasil poderão chegar a 300 mil toneladas. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 01/06/2015**

Se o feijão mais comum no prato do brasileiro está mais caro neste ano, o feijão preto passa por situação inversa. Além da produção interna estar maior nesta temporada, a expectativa é que entre em território nacional uma forte oferta da Argentina, o que tem conduzido os preços do produto para abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo.

Os agricultores argentinos, que só plantam feijão preto para atender à demanda brasileira, estão começando a colher neste mês uma safra estimada em 300 mil toneladas, segundo Auro Nagay, da corretora Bolsinha. O governo argentino é mais conservador e estima a colheita em 230 mil toneladas.

É uma oferta pelo menos duas vezes mais elevada que no ano passado e que deve entrar rapidamente no mercado. "Neste ano os produtores argentinos têm necessidade de liquidez; não fazem questão de preço, mas de recurso. Isso vem derrubando a cotação", diz Nagay, sobretudo porque a safra argentina chega num momento em que os produtores brasileiros colhem uma produção robusta na segunda safra.

O feijão preto que chega do país vizinho a Foz do Iguaçu é ofertado a US\$ 530 a tonelada, o que equivale a R\$ 105 a saca em Curitiba - mesmo valor do preço mínimo de referência do governo para o produto no país. No dia 29 de maio, conforme dados disponibilizados pela Bolsinha, a saca do feijão preto foi negociada entre R\$ 80 e R\$ 100 no Paraná, também abaixo do preço mínimo.

Segundo Nagay, o feijão preto está alcançando em 2015 os menores valores em três anos. Em maio, o valor médio da saca no país ficou em R\$ 121. No mesmo mês do ano passado, atingiu R\$ 154 saca, e em 2013 foi de R\$ 163.

João Figueiredo Ruas, analista da Conab, afirma que, se a tendência de desvalorização de feijão preto perdurar, "provavelmente o governo vai entrar no mercado para comprar o excedente de oferta".

As cotações pressionadas do feijão preto também tendem a reduzir a competitividade do produto chinês no mercado interno. O gigante asiático foi um importante fornecedor da leguminosa para o Brasil entre 2008 e 2013, um período de quebras sucessivas de produção nas lavouras argentinas.

Porém, desde o ano passado o país vizinho voltou a liderar o abastecimento de feijão preto no Brasil. As exportações alcançaram 97 mil toneladas em 2014, segundo dados do Ministério da Agricultura, ante apenas 6 mil toneladas adquiridas dos fornecedores chineses. Desde o início deste ano, o Brasil já importou 19 mil toneladas de feijão preto da Argentina e 13 mil toneladas da China.

O último lote de feijão preto chinês importado neste ano foi comprado por US\$ 800 a tonelada, o equivalente a R\$ 180 a saca de 60 quilos, em um momento em que os produtores brasileiros estavam aceitando negociar o produto por R\$ 120 a saca, segundo Nagay.

No entanto, o consumidor brasileiro ainda não viu esse cenário de baixos preços se refletir em seu bolso. Pelo contrário, enquanto em janeiro o preço do feijão preto havia registrado alta de 2,76% nos 12 meses anteriores, em abril a valorização em um ano havia passado para 4,72%, de acordo com o IBGE.

---

**Kátia Abreu: Acordo Mercosul/UE pode avançar no segundo semestre – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 10/06/2015**

*Ministra acompanha a presidente Dilma em reunião com a cúpula da União Europeia*

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, reiterou há pouco, em Bruxelas, que o Mercosul está pronto para negociar o acordo de livre comércio com a União Europeia, mas avalia que o período de férias da instituição, nos meses de julho e agosto, postergue para depois desse período as negociações.

Segundo a ministra, os Estados membros da União Europeia precisam ser consultados sobre a troca de ofertas, estágio das negociações em que regras e produtos são tratados de forma objetiva para a finalização do acordo.

“Estamos prontos para entregar a oferta do Mercosul, agora em junho, se a UE estiver com a sua proposta pronta, mas as férias da União Europeia, em julho e agosto, talvez atrasem para setembro, pois eles precisam consultar todos os comissários e países, o que levaria dois meses”, disse a ministra.

A ministra acompanha a presidente Dilma Rousseff na visita a Bruxelas, onde participam da cúpula da União Europeia com a Celac – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

---

**País quer pacto com chineses, diz Kátia Abreu. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 11/06/2015**

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, revelou que o Brasil quer negociar um acordo de preferências tarifárias com a China, para baixar as alíquotas de uma série de produtos. Conforme a ministra, a ideia inicial é cortar tarifas de forma recíproca de produtos agrícolas, "mas se a indústria concordar pode entrar também". Ela observou que a China tem, de seu lado, interesse exportador em produtos como pescado e tripas para o mercado brasileiro.

Fontes do governo confirmam que existe o debate em Brasília sobre a possibilidade desse acordo, utilizando a chamada "cláusula de habilitação" da Organização Mundial do Comércio (OMC), pela qual países em desenvolvimento podem conceder preferências tarifárias entre si sem a necessidade de estendê-las a países desenvolvidos. Mas notam que, no momento, tudo se limita à "aspiração" da ministra. Até porque a expectativa é que Pequim queira negociar baixa de alíquota também na área industrial, algo para assustar ainda mais esse setor no Brasil.

A ministra levantou o tema ao ser indagada pelo Valor sobre como via o aumento do déficit comercial com a China, que no primeiro trimestre alcançou US\$ 3,5 bilhões comparado aos US\$ 180 milhões no mesmo período de 2014. Uma explicação está no fim do superciclo das matérias-primas, que derrubou preços. Para Kátia Abreu, é

possível fazer a preferência tarifária com a China, limitada a uma lista de produtos, mas não com países como a Rússia, que entrou na OMC como nação desenvolvida.

Ela afirmou que tinha plano de viajar este mês à China para discutir a negociação. Mas, em acordo com o Mdic e o Ministério da Pesca, adiou a viagem. É que a China enviará em breve uma missão ao Brasil para habilitar mais nove frigoríficos para exportação. "Tem mais 90 na fila. Aí será a hora de fazer esse acordo para melhorar os procedimentos no fluxo comercial. Queremos chegar a esse acordo", disse em Bruxelas, onde acompanha a presidente Dilma Rousseff na Cúpula América Latina-UE.

Kátia Abreu informou que propôs à UE um acordo bilateral na área sanitária e fitossanitária e desta vez os europeus já deram a resposta positiva para começar a trabalhar. Desde 2003, a Europa reclama de barreiras contra 65 produtos agrícolas no mercado brasileiro. Segundo a ministra, eles não afetam em nada o Brasil e causam fricções bilaterais. Seu plano é assim de, com o acordo com os europeus, melhorar a performance de um lado e outro, eliminando restrições injustificadas a uma série de produtos. Até setembro, quando receberá a visita no Brasil do comissário europeu de assuntos sanitários, a ministra espera liberar a lista de produtos europeus.

---

### **China, EUA, Países Baixos, Alemanha e Tailândia importam US\$ 4,6 bi do Brasil em maio – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/06/2015**

*Países foram os cinco primeiros importadores de produtos do agronegócio brasileiro no mês passado. Mercado chinês liderou o ranking*

China, Estados Unidos, Países Baixos, Alemanha e Tailândia foram os países que mais importaram produtos agrícolas brasileiros em maio deste ano. Juntas, as compras desses cinco mercados somaram US\$ 4,6 bilhões, o que representa cerca de 53,4% em relação a todos os demais países (US\$ 8,64 bilhões), segundo o Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (Agrostat), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O principal mercado importador do agronegócio brasileiro em maio foi a China, com US\$ 3,10 bilhões. As compras dos Estados Unidos totalizaram US\$ 536,56 milhões, as dos Países Baixos, US\$ 429,74 milhões, as da Alemanha, US\$ 304,16 milhões, e as da Tailândia, US\$ 243,16 milhões.

O complexo soja liderou as importações chinesas, com US\$ 2,75 bilhões (US\$ 2,71 bilhões de soja em grãos e US\$ 41,06 milhões de óleo de soja). Em seguida estão os produtos florestais, com importações de US\$ 141,77 milhões. Deste valor, US\$ 128,69 milhões foram de celulose, US\$ 7,79 milhões, de papel, US\$ 5,29 milhões, de madeira e US\$ 4 mil, de borracha natural. O complexo sucroalcooleiro ocupa a terceira posição, com US\$ 59,26 milhões, nas compras da China.

#### *EUA*

Os Estados Unidos ficaram na segunda posição do ranking de importações dos produtos brasileiros, com destaque para os produtos florestais (US\$ 193,11 milhões). Nesse setor,

a madeira ficou na primeira posição, com US\$ 83,29 milhões, seguida pela celulose (US\$ 78,03 milhões) e pelo papel (US\$ 31,78 milhões).

O café foi o segundo produto mais importado pelos EUA, com US\$ 94,32 milhões (US\$ 88,87 milhões de café verde e torrado e US\$ 5,45 milhões de extrato de café). O complexo sucroalcooleiro ocupa a terceira posição, com US\$ 49,82 milhões, sendo US\$ 36,87 de álcool e US\$ 12,95 milhões de açúcar.

#### *Países Baixos*

O complexo soja também liderou as importações de produtos do agronegócio brasileiro pelos Países Baixos, atingindo US\$ 241,55 milhões. Deste montante, US\$ 121,54 milhões foram de farelo de soja, US\$ 119,95 milhões de soja em grãos e US\$ 56,60 mil de óleo de soja.

Em seguida estão as carnes, com importações de US\$ 66,04 milhões: US\$ 42,79 milhões de carne de frango, US\$ 12,45 milhões de carne de peru, US\$ 10,70 milhões de carne bovina e US\$ 102,39 mil das demais carnes.

Os produtos florestais brasileiros também foram relevantes na pauta de importação dos Países Baixos, com compras de US\$ 45,23 milhões em maio. O destaque foi a celulose, com US\$ 41,05 milhões, seguida da madeira, com US\$ 4,18 milhões.

#### *Alemanha*

Na quarta posição no ranking, a Alemanha importou US\$ 129,21 milhões do complexo soja: US\$ 92,30 de soja em grãos e US\$ 36,91 de farelo de soja.

Com US\$ 105,35 milhões, o café foi o segundo produto mais importado pelo país. Deste valor, US\$ 103,24 milhões foram de café verde e torrado e US\$ 2,11 milhões de extrato de café.

O terceiro produto com maior valor de importação foi o fumo, que somou US\$ 14,78 milhões.

#### *Tailândia*

As importações de produtos agrícolas do Brasil pela Tailândia igualmente foram lideradas pelo complexo soja, somando US\$ 226,63 milhões. O valor representa cerca de 93% do total de produtos brasileiros importados pelo país. No setor, o destaque foi a soja em grãos, com US\$ 116,13 milhões, seguida pelo farelo de soja, com US\$ 110,50 milhões.

Em segundo lugar estão os produtos florestais, com US\$ 6,15 milhões. Em seguida aparece o couro, com US\$ 5,44 milhões.

---

### **Governo brasileiro suspende importação de maçãs argentinas. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Mercado. 13/06/2015**

O governo brasileiro suspendeu a importação de maçãs argentinas e promete só rever a decisão se o país vizinho, parceiro do Mercosul, levantar o embargo à carne brasileira vigente desde 2012.

O episódio ganhou contornos de crise e pode contaminar outros setores nos quais há instabilidade nas relações de comércio bilateral, como a indústria automotiva.

Tudo começou quando, no início do ano, agentes sanitários brasileiros identificaram 15 carregamentos de maçã provenientes da Argentina com a presença de uma doença que o governo considera já erradicada no Brasil, a *Cydia pomonella*, conhecida como traça da maçã.

O Brasil propôs a realização de inspeções para avaliar o sistema de mitigação de risco adotado pelo vizinho, mas ficou sem resposta das autoridades de lá por semanas.

Em março, o embargo às maçãs foi formalizado. Só então a Argentina apresentou dados comprovando medidas para resolver a praga e regularizou a situação. O embargo, porém, não foi retirado.

Segundo a Folha apurou com diplomatas que negociam o caso, o Ministério da Agricultura brasileiro resolveu só reabrir as compras de maçãs se houver o fim do embargo argentino à carne bovina brasileira.

Apesar de não ser um tradicional comprador de carne brasileira –a Argentina é um dos líderes mundiais de produção de carne bovina–, o país vizinho impôs, em 2012, um embargo ao Brasil, quando exames de laboratório detectaram em um animal a presença do agente causador do mal da vaca louca.

Na ocasião, diversos países suspenderam as importações da carne brasileira, mas esses mercados já começam a ser recuperados. A China liberou recentemente o comércio. Os Estados Unidos devem fazê-lo em breve.

Nesta sexta-feira (12), negociadores brasileiros e argentinos ainda tentavam resolver o impasse.

Na avaliação do governo Dilma, esse embargo ao Brasil é político, e não técnico. Para auxiliares da presidente, a decisão argentina passa uma imagem ruim do país, pois parte de um de seus maiores parceiros comerciais e sócio no Mercosul.

Em conversas entre ministros dos dois países em Bruxelas na quinta-feira (11), a titular da Agricultura, Kátia Abreu, avisou que não fazia sentido para o Brasil o veto ao produto brasileiro. Procurada, a assessoria de imprensa da pasta não se pronunciou sobre o diálogo relatado à reportagem.

Em 2014, a Argentina vendeu para o Brasil quase 50 mil toneladas de maçãs frescas, cerca de US\$ 52 milhões.

## *AUTOMOTIVO*

Enquanto representantes dos dois países tentam solucionar o conflito, rumores de retaliações em outras áreas começaram a ganhar força.

Na Bélgica, onde Dilma Rousseff participou da cúpula entre a União Europeia e o Mercosul, informações extraoficiais davam conta de que os argentinos poderiam impor mais limites à importação de automóveis provenientes do Brasil.

A Argentina também cogita retaliação ao fixar embargo para as cargas do setor automotivo do Brasil, a partir desta segunda-feira (15), alegando não conformidades nas embalagens de madeira desses produtos.

O país vizinho representa quase 60% das exportações do setor automotivo brasileiro. Entre janeiro e abril de 2015, foram exportados US\$ 1,6 bilhão em automóveis e outros veículos terrestres, incluindo suas partes e acessórios para a Argentina.

Neste ano até maio, o Brasil vendeu para o país vizinho US\$ 5,2 bilhões, 16% menos do que no ano passado –o segundo ano consecutivo de queda no comércio entre os dois países. Na comparação com 2013, houve retração de 32% nas exportações brasileiras para a Argentina.

Além dos efeitos econômicos, o assunto é politicamente sensível. Neste ano, haverá eleições argentinas e qualquer turbulência que acentue a crise econômica em território vizinho pode comprometer o desempenho da aliada do PT Cristina Kirchner, que tenta eleger um sucessor de seu campo ideológico.

No ano passado, o PIB da Argentina (terceiro maior parceiro comercial do Brasil) cresceu apenas 0,5% –o dado do PIB do primeiro trimestre deste ano ainda não foi divulgado.

---

### **Mercosul debate apoio à agricultura familiar – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 17/06/2015**

Governos de países que integram o Mercosul e representantes da sociedade civil debatem até esta quinta-feira (18), em Brasília, mecanismo para o fortalecimento da agricultura familiar nas regiões cobertas pelo mercado comum. A discussão ocorre no âmbito da XXIII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), cujos temas incluem a proposta de um instrumento regional de apoio às compras públicas de alimentos da cadeia alimentar.

A expertise do governo brasileiro em realizar este tipo de aquisição foi apresentada no primeiro dia do encontro. O diretor de Política e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), João Marcelo Intini, mostrou como são realizadas as compras governamentais de alimentos e como articular a oferta e a demanda de produtos destinados às instituições públicas.

Na avaliação do diretor, a agricultura familiar é uma importante ferramenta para assegurar a segurança alimentar e nutricional de comunidades carentes. "Temos que nos conectar com setores que organizam o abastecimento, de modo que os circuitos de comercialização sejam menos custosos e danifiquem menos os alimentos", destaca.

O padrão de perda de alguns produtos chega a ser de 35%, o que significa que o trabalho de muitos não chega ao consumidor final, e o que chega está mais caro para compensar as perdas. "Políticas públicas de comercialização precisam ser atualizadas de forma a apresentar produtos de qualidade a preço baixo", ressalta Intini.

Entre os instrumentos de compras públicas executados pela Conab, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio do qual o governo compra a



produção de agricultores familiares e de suas organizações, por preços de referência iguais aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 8 mil ao ano por organização. Os alimentos adquiridos, com dispensa de licitação, são destinados ao abastecimento da rede socioassistencial e de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

---

**Jorge Almeida: O imperialismo é um tigre chinês. Jorge Almeida – Folha de São Paulo, Opinião. 17/06/2015**

O Brasil acabou de celebrar um pacote de acordos com a China, assinados pela presidente Dilma Rousseff e o primeiro ministro chinês Li Keqiang.

Segundo a Folha, se envolvem US\$ 53 bilhões em investimentos através de "35 acordos bilaterais nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia, mineração" e outras, entre eles, US\$ 7 a 10 bilhões na Petrobras.

Os acordos são vistos como a salvação da lavoura diante da crise econômica e política, do ajuste e dos cortes que vem sendo feito pelo governo.

O item mais badalado é a megaferrovia Transoceânica, que ligará o Brasil ao Peru, viabilizando, pelo Pacífico, exportações do agronegócio e da mineração do Brasil e outros países da América do Sul.

Além desses investimentos, a China se propõe também a financiar, via o banco estatal ICBC, US\$ 50 bilhão sem obras de infraestrutura como portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, habitação e energias renováveis.

E ainda se dispõe a criar um "fundo bilateral de cooperação", de cerca de US\$ 20 bilhões, para investimentos na produção e infraestrutura.

A soma de tudo, entre investimentos e financiamentos, pode chegar a US\$ 123 bilhões.

Nem tudo está muito bem definido, mas isso consolida uma posição imperialista da China em relação ao Brasil, através de suas grandes empresas produtivas, seus bancos e seu estado. O Brasil já tem a China como principal parceiro comercial desde 2006, num comércio bilateral que hoje é de 80 bilhões. Ele é equilibrado nos valores, mas desfavorável ao Brasil, pois quase toda exportação chinesa é de produtos industrializados e quase toda do Brasil é de bens primários.

A megaferrovia Transoceânica está na lógica da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), grande projeto de infraestrutura que envolve 12 países da América do Sul, originalmente sob preponderância brasileira, através do estado, empreiteiras e outras empresas, assim como de financiamentos do BNDES. Foi vista como a menina dos olhos do expansionismo "neodesenvolvimentista" e exemplo de pretensões "subimperialistas" brasileiras.

A política econômica estabelecida no Brasil, especialmente a partir do esgotamento do modelo neodesenvolvimentista, abriu espaço para o fortalecimento dos interesses econômicos da China, que já vinha investindo pesadamente em outros países latino-americanos.

Não foi uma decisão aligeirada. Faz parte de um grande esforço expansionista chinês, especialmente nos últimos anos, mais animado a partir de importantíssimos acordos geopolíticos estratégicos, inclusive militares, firmados com a Rússia e com os países da região da Ásia e Pacífico, vencendo certas pretensões dos EUA.

Esta nova ofensiva chinesa no Brasil, portanto, promove um salto de qualidade favorável aos asiáticos. Trata-se de exportação de capitais, na forma de investimentos e financiamentos, uma das características principais de um país imperialista. Fortalece a hegemonia da China e a dependência do Brasil, que já existe, inclusive dentro do bloco dos BRICS, onde a nossa posição é subordinada.

Tudo isso faz lembrar a frase mais famosa de Mao Tsé-Tung, principal líder da revolução chinesa, que afirmou, em 1958, se referindo aos EUA, que "o imperialismo é um tigre de papel". A China agora desponta como principal país imperialista desafiante dos EUA. E é impressionante ver partidos originados na esquerda saudarem tão entusiasticamente o aprofundamento da dependência do Brasil em relação ao tigre chinês.

*JORGE ALMEIDA é professor associado do Departamento de Ciência Política da FFCH-UFBA*

---

### **Bayer CropScience se prepara para criação de megaconcorrente – Valor Econômico, Agronegócios. 19/06/2015**

Se a tentativa da Monsanto de comprar a Syngenta for bem-sucedida e nascer da união uma nova potência global de agroquímicos e sementes, as demais grandes empresas do segmento terão de reconsiderar suas estratégias e rever os acordos de licenciamento que mantêm.

A afirmação é de Liam Condon, CEO da Bayer CropScience, divisão que vem puxando os resultados da multinacional alemã Bayer nos últimos anos. "Há apenas seis concorrentes no segmento baseados em pesquisa e desenvolvimento. Se os dois maiores se unirem, os demais, inevitavelmente, terão de rever suas estratégias", analisou o executivo.

Depois que sua primeira oferta de cerca de US\$ 45 bilhões pela Syngenta foi rejeitada, a americana Monsanto passou a fazer lobby junto aos acionistas da companhia suíça para que eles pressionem a administração a iniciar negociações.

Condon disse que a Bayer - que está em meio aos processos de venda de sua unidade de dispositivos de combate ao diabetes e de abertura do capital de sua unidade de plásticos - geralmente prefere ter um papel ativo em consolidações, em vez de ficar apenas assistindo. Mas preferiu não comentar qual será a postura da companhia caso a fusão de suas concorrentes seja concretizada, ainda que tenha garantido que a divisão CropScience já tenham uma visão clara de como responder.

Conforme analistas da Bernstein e do Credit Suisse, a Bayer CropScience seria, por exemplo, uma candidata natural a comprar as operações de sementes da Syngenta, que provavelmente teria de ser vendida para que a união receba o aval das autoridades antitruste.

Segundo Jeremy Redenius, analista da Bernstein, as seis maiores empresas do segmento detêm cerca de 70% do mercado de defensivos, que movimenta US\$ 64 bilhões por ano. Com vendas de US\$ 10,4 bilhões, a Bayer CropScience é a segunda maior no ranking dos agroquímicos, atrás apenas da Syngenta, cujas vendas chegam a US\$ 11,4 bilhões. Basf, Dow, Monsanto e DuPont aparecem em seguida, com operações menores nessa frente.

A Monsanto, que é líder em sementes, está disposta a se desfazer de operações com herbicidas que se sobrepõem às da Syngenta, de acordo com fontes do segmento.

De qualquer forma, a combinação Monsanto-Syngenta também significaria o desenredar de uma teia intrincada de acordos cruzados que envolvem pesquisas, licenciamento e produção. "Portanto, as companhias precisariam rever o que isso significaria também para suas interdependências", afirmou o CEO da Bayer CropScience.

A maioria das seis múltis que lideram as vendas de defensivos e sementes tem acordos de licenciamento entre si, e às vezes surgem disputas legais envolvendo o uso de tecnologias. Foi o que aconteceu entre DuPont e Monsanto, que há dois anos assinaram um acordo de licenciamento envolvendo soja que terminou nos tribunais.

A Basf mantém parceiras com a Monsanto em herbicidas para soja, algodão, milho e canola, e juntas as companhias desenvolveram sementes transgênicas de milho mais tolerantes a secas e de maior rendimento para o mercado americano. Já a Bayer tem acordos de licenciamento com todas as grandes concorrentes na área de sementes.

Mesmo assim, Condon não vê necessidade de mudança de rumo enquanto não houver certeza de que a Monsanto vai mesmo comprar a Syngenta. "Continuaremos implementando nossa estratégia atual e, no desenrolar dos acontecimentos, veremos se haverá necessidade de adaptações."

---

### **BRF fortalece operações na Argentina. Marli Olmos – Valor Econômico, Agronegócios. 22/06/2015**

Há um ano e meio, a filial da BRF na Argentina era encarada, dentro da companhia, como uma operação isolada, problemática e que só consumia caixa. Para piorar, o país vivia em meio a uma nova crise econômica. Escalado para colocar a casa em ordem, o carioca Alexandre Borges logo instituiu um lema: "No crying [sem choro]", em alusão à música "Don't cry for me, Argentina", da peça musical "Evita".

Parecia difícil conter a choradeira que sempre se esparrama toda a vez que o assunto é Argentina. A direção da BRF também acreditava, entretanto, que momentos de crise abrem o caminho para as oportunidades. Por conta de restrições às importações impostas pelo governo há cerca de três anos, a companhia comprou empresas locais com vistas a reduzir a dependência de produtos vindos do Brasil. Mas a operação estava enfraquecida.

A matriz brasileira decidiu, então, enviar neste ano um "reforço" financeiro para a subsidiária. Fez um aporte de US\$ 30 milhões para fomentar um projeto de expansão que visa sobretudo aproveitar o potencial argentino para ampliar a exportação de carne de frango.

Cinco das seis fábricas da BRF na Argentina estão com a capacidade esgotada. Sem alarde, este ano a BRF anunciou ao governo de Cristina Kirchner planos de investimentos em duas delas.

Em Rio Cuarto, na Província de Córdoba, onde é feito o abate de aves, serão investidos US\$ 16 milhões. A ideia é aproveitar uma brecha que os concorrentes deixaram escapar. Na Argentina, o segmento trabalha basicamente com o mercado de frango resfriado. Com a crise na Venezuela, um cliente importante, as vendas caíram e há capacidade ociosa.

A maioria dos produtores não está, segundo Borges, preparada para o congelamento das aves, o que abre a perspectiva de exportação para mercados mais distantes. Portanto, por meio da ampliação da capacidade argentina de congelamento a BRF pretende elevar sua presença no mercado global de carne de frango.

Já a unidade localizada em Baradero, na Província de Buenos Aires, deverá receber US\$ 5,4 milhões para ampliar a produção de salsichas e frios e, assim, poder concorrer em um segmento de mercado interno em expansão.

Formado em Economia, Borges, atualmente com 42 anos, trabalhou na divisão de investimentos do Goldman Sachs em Nova York e foi vice-presidente da divisão sul-americana do Morgan Stanley, entre outros cargos. Também conduziu a reestruturação da fabricante de produtos para saúde Cremer quando esta passou a ser controlada pela Tarpon - gestora de fundos e private equity que é grande acionista da BRF e de onde também veio o atual CEO global da companhia brasileira, Pedro Faria.

Borges foi contratado pela BRF em fevereiro de 2014 e três meses depois já estava de mudança para Buenos Aires, onde assumiu o comando de toda a operação da companhia na América Latina. "Tínhamos como desafio organizar a casa e gerar caixa", afirma. Um ano depois, o executivo garante que a Argentina deixou de ser um problema. "Ainda precisamos de alavancagem, mas a operação já deu resultados".

O Cone Sul representa cerca de 5% do faturamento total da companhia e a Argentina é a maior operação produtiva fora do Brasil, com 2,8 mil empregos e receita equivalente a US\$ 580 milhões no ano passado. Para ter acesso ao mercado de capitais na Argentina, a companhia aproveita que empresas locais que comprou, como a Quickfood, continuam abertas, com operação na Bolsa de Valores de Buenos Aires.

---

### **União Europeia aprova comércio da soja transgênica brasileira – Valor Econômico, Agronegócios. 23/06/2015**

BRASÍLIA - A União Europeia (UE) aprovou a soja transgênica Cultivance, desenvolvida pela Basf e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A autorização técnica é considerada importante para o início da comercialização das sementes, uma vez que a União Europeia é comprador da soja brasileira.

Segundo a Basf, o Sistema de Produção Cultivance combina cultivares de soja geneticamente modificada, de grande potencial genético, ao uso de herbicidas de amplo espectro para controle de plantas daninhas de folhas largas e gramíneas.

A soja deve ser lançada no mercado no segundo semestre de 2015. Em um primeiro momento, estará disponível para parte das regiões produtoras de soja do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

A Basf assegura que soja Cultivance passou por diversos estudos agrônômicos, ambientais e de equivalência nutricional que atestaram sua segurança para o cultivo, consumo humano e animal.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) liberou a comercialização da soja Cultivance, em dezembro de 2009. Desde então foi dado o processo de aprovação da tecnologia em países importadores da soja brasileira, incluindo Estados Unidos, China, Japão e, por fim, a União Europeia.

---

## **Diretor do Banco Mundial afirma que mundo precisa aprender com Brasil - Site do Ministério do D**

*Martin Raiser, que assume o cargo em agosto, ficou impressionado com os resultados atingidos pelo país na redução da pobreza*

Brasília, 24 – “É interessante ver como a vida dos brasileiros mudou em diferentes dimensões. É importante o mundo aprender como o Brasil alcançou esse resultado”, afirmou nesta quarta-feira (24) o novo diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser. Ele assume o cargo em agosto e ficou impressionado com os resultados da pobreza multidimensional no país, que teve redução de 86% entre 2004 e 2013.

Raiser foi apresentado à ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, pela atual diretora do Banco Mundial, Deborah Wetzel. Deborah, que trabalhou no Brasil durante três anos, ressaltou que o trabalho para a redução da pobreza no país foi intenso e com resultados importantes, como o fato de o país estar fora do Mapa Mundial da Fome.

Tereza Campello reforçou que a parceria entre Brasil e Banco Mundial é estratégica e fundamental para mostrar ao mundo as ações desenvolvidas no país. Ela destacou a plataforma virtual World Without Poverty – WWP (Mundo sem Pobreza), onde são explicadas as diversas iniciativas desenvolvidas no país para a redução das desigualdades sociais, como o Cadastro Único e Bolsa Família. “Temos apenas dois anos na WWP, mas já avançamos muito. Esperamos que essas experiências possam servir de base para outros países, melhorando a cooperação.”

Na WWP são elaborados documentos e produzidos materiais multimídia sobre o desenho, a implementação e os instrumentos inovadores de gestão de diversos programas e ferramentas sociais. Ela possibilita o compartilhamento com o resto do mundo de lições extraídas da experiência brasileira. “Na plataforma trazemos muitas experiências interessantes sobre como reduzir a pobreza. E temos muitos países interessados nesses assuntos”, afirmou Deborah Wetzel.

Além disso, os expressivos avanços brasileiros na busca pela erradicação da pobreza extrema e a redução das desigualdades sociais têm despertado o interesse de vários outros países. Entre 2011 e 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) recebeu 345 missões de 92 países. Desse total, 95% vieram de países em desenvolvimento. Todos buscando aprender com a experiência em política social do

Brasil, incluindo lições sobre o que funcionou e a maneira como as soluções inovadoras do programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria foram colocadas em prática.

---

**Brasil enfrenta discriminação nas negociações internacionais, avaliam representantes brasileiros na Expo Milão 2015 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 24/06/2015**

Milão (Itália) (24/06/2015) – O Brasil precisa manter uma postura ofensiva nas negociações comerciais internacionais. Essa é a posição do adido agrícola da Missão Brasileira Junto à União Europeia, Marcio Rezende, durante palestra na ExpoMilão 2015, evento que ocorre durante toda semana na Itália.

A posição também é defendida pela assessora para Acesso a Mercados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Camila Sande. Como exemplo, a assessora frisa a diferença de requisitos cobrados ao Brasil pela União Europeia, diferentemente dos que são solicitados ao Canadá, Austrália e Estados Unidos. “No caso da carne suína, o Brasil estabeleceu critérios internos baseados nos padrões de referência da União Europeia. No entanto, o bloco solicitou um mecanismo de segregação. Isso é uma barreira, que ocasionou o fechamento do mercado pra o nosso produto”, ilustrou Sande.

Para Rezende, o que se observa é a adoção de medidas extremas para dificultar o acesso do Brasil. “Isso nos leva a crer que algumas medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) são usadas como barreira e/ou restrição à importação”, frisou. Segundo o Adido Agrícola, um exemplo prático da restrição ao produto brasileiro é em relação ao rastreamento de animais. “Se entre 60 mil cabeças de gado brasileiro um bovino está sem brinco, isso é tratado como um risco. Porém, já visitamos Estados-Membros e nos deparamos com seis ou sete animais sem brinco num rebanho de 60. Poderíamos aplicar o mesmo parâmetro. É preciso buscar uma convergência para acertarmos os ponteiros sem criar uma distância ainda maior”, destacou.

O governo brasileiro classifica como uma discriminação arbitrária as barreiras sanitárias e fitossanitárias impostas por parceiros comerciais. De acordo com o adido agrícola, as barreiras SPS foram introduzidas no mundo como uma forma de garantir a proteção da saúde humana, animal e vegetal. Porém, se tornaram um problema na medida em que foram associadas ao conceito de encontrar um nível adequado de produção. E, por ser assim, provocam distorções. Por isso, observou Rezende: para derrubar qualquer tipo de barreira, o setor privado brasileiro vem negociando com diversos países, sobretudo para que não haja um aumento de custo. “A postura do Brasil deve ser ofensiva porque o mundo inteiro está ofensivo.

Após a crise financeira mundial todos buscam no comércio internacional uma solução comercial, que muitas vezes esbarram em barreiras tarifárias”, acrescentou o adido.

Outro entrave, segundo Rezende, são as diretrizes estabelecidas pelas organizações internacionais, como por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC). O entendimento sobre o nível adequado de proteção imposta por estas entidades tem sido usado de forma distorcida. “O impacto imediato de uma medida que não obedece às recomendações internacionais causa o aumento dos custos de produção no Brasil, pois é preciso se adequar a uma exigência específica”, afirmou.

O Brasil é o maior exportador em termos de volume no mundo e o 5º maior em termos de valor de carne bovina. Além disso, tem atuação bastante forte na OMC ao apresentar queixas e trazer pleitos do setor privado. “Mas precisamos ir além desse escopo. O Brasil e outros países em desenvolvimento têm apontado para uma preocupação sobre a falta de intervenção das organizações internacionais”, acrescenta o coordenador-geral de temas multilaterais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Renato Souza.

O mercado mundial de comércio movimentava anualmente US\$ 1,5 trilhão. Na sua composição, 40% dos países são europeus, 21% são asiáticos, 15% são norte americanos. O Brasil está entre os 13% que compõem as Américas Central e do Sul.

---

### **Demanda chinesa evita retração maior dos embarques brasileiros. Fernanda Pressinott e Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 25/06/2015**

Fundamental para catapultar as exportações brasileiras de soja em grão na última década, a demanda da China também tem sido vital para evitar uma retração ainda maior da receita dos embarques nacionais da matéria-prima em 2015.

Conforme dados divulgados na terça-feira pelo serviço aduaneiro do país asiático, as importações de soja em grão da China somaram 6,1 milhões de toneladas em maio, 2,6% mais que no mesmo mês do ano passado. O Brasil respondeu por 5,4 milhões de toneladas, ou quase 90% do total.

Com essa valiosa ajuda chinesa, as exportações brasileiras do grão, conforme dados da Secex compilados pelo Ministério da Agricultura, alcançaram 9,3 milhões de toneladas em maio, novo recorde para um único mês. Não fosse a forte queda das cotações internacionais da commodity, os exportadores teriam mais a comemorar, mas vale lembrar que o câmbio tem colaborado para sustentar a receita dessas vendas em moeda brasileira.

Nos primeiros cinco meses de 2015, apontou o serviço aduaneiro da China, o país importou 27 milhões de toneladas de soja em grão, 2,69% menos que no mesmo período de 2014, e o Brasil representou 9,4 milhões de toneladas desse total, ou 34,8%. Nesse caso, e por questões sazonais, os EUA lideraram o fornecimento, com uma fatia de 62,7%.

Como a demanda chinesa por soja em grão brasileira começou a recuperar o ritmo a partir do fim do terceiro trimestre, o país já encerrou os primeiros cinco meses deste ano como o principal destino das exportações brasileiras do agronegócios. Conforme o Ministério da Agricultura, as exportações do setor (soja e outros produtos) do Brasil para a China renderam US\$ 8,5 bilhões até maio, ou 24,8% do total.

---

### **Clima ameaçará produtividade agrícola dos EUA até 2100, projeta EPA. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2015**

SÃO PAULO - A agência ambiental americana, a EPA, divulgou estudo em que aponta que, se não for feita nenhuma ação “significativa” para mitigar a emissão de gases que promovem o efeito estufa, a produtividade das principais commodities

agrícolas do mundo plantadas nos Estados Unidos deve diminuir de forma expressiva até o fim do século.

O órgão trabalhou com dois modelos climáticos, um desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), o IGSM, e outro desenvolvido pela Universidade de Tóquio, o MIROC.

As projeções baseadas no modelo japonês são as mais pessimistas. Pelo estudo da agência ambiental americana com base no MIROC, a cultura que mais deve sofrer o impacto das mudanças climáticas é o algodão. Até 2100, a EPA avalia que a produtividade das lavouras americanas da pluma que não são irrigadas deve sofrer um tombo de 27% caso nenhuma ação contra as mudanças climáticas seja adotada, enquanto as áreas irrigadas devem ter um potencial produtivo 17% menor.

As culturas de soja e trigo não irrigadas devem apresentar uma queda de potencial produtivo de 19% até o fim do século, enquanto, nas áreas irrigadas, as perdas devem ser de 23% e 13%, respectivamente. Para o cultivo de milho, a perspectiva é que a produtividade sofra uma redução de 8% nas áreas de sequeiro e 10% nas regiões irrigadas até 2100.

Já no cenário traçado com base no modelo do MIT, as perspectivas são mais otimistas com relação às áreas de sequeiro, embora ainda negativas para as lavouras irrigadas. Dentro deste cenário, o potencial produtivo das lavouras de algodão não irrigadas deve inclusive apresentar uma melhora, com perspectiva de crescimento de 17% até o fim do século. Por sua vez, as plantações irrigadas devem perder 11% de seu potencial produtivo em igual período.

O mesmo cenário, de aumento de produtividade nas áreas de sequeiro e queda nas irrigadas, deve ocorrer nos cultivos de milho e trigo nos Estados Unidos. Para o período projetado, a expectativa é de que a produtividade nas áreas não irrigadas suba 18% nas plantações de trigo e 6% nas de milho. Já nas áreas irrigadas, os cálculos indicam uma queda de 8% e 3% nos potencial produtivos de ambos, respectivamente.

Já a previsão para a soja, com base no modelo do MIT, é pessimista para os dois tipos de lavoura. Nas áreas de sequeiro, as plantações da oleaginosa devem perder 5% de seu potencial produtivo, enquanto as lavouras irrigadas devem perder 20%.

De forma oposta, a EPA avalia que “a mitigação da emissão de gases de efeito estufa globais é estimada para beneficiar substancialmente as produtividades das lavouras dos Estados Unidos”.

Dentro das culturas mais importantes globalmente, o combate à emissão desses gases deve ter particular efeito positivo sobre as plantações irrigadas de soja. Dessa forma, as ações globais contra as mudanças climáticas devem resultar em geral em produtividades maiores e, conseqüentemente, “em menor pressão em recursos terrestres e preços de commodities em queda”, avalia a agência americana.

Tanto as projeções baseadas no modelo japonês como no americano apontam para a perspectiva de que os preços das commodities podem começar a cair a partir de 2040 caso ocorram ações substanciais contra a emissão de gases estufa. O modelo do MIT,



porém, permite que as estimativas quanto às cotações sejam de desvalorizações mais expressivas do que as realizadas com base no modelo MIROC.

Pelo modelo do MIT, a EPA avalia que os preços poderão recuar em torno de 4% até o fim do século, enquanto o modelo japonês permite à agência americana avaliar uma queda de quase 8% entre 2075 e 2010, encerrando o século com um potencial de queda de 6%.

O estudo elaborado pelo órgão do governo dos Estados Unidos foi realizado para oferecer suporte às discussões da 21ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP-21, que será realizada em Paris, em dezembro. Há uma grande expectativa de que as nações elaborem no encontro um novo acordo climático global que substitua o Protocolo de Kyoto.

---

### **Novas estimativas do IGC confirmam oferta global confortável de grãos. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2015**

Em relatório divulgado ontem, o Conselho Internacional de Grãos (IGC) manteve praticamente inalterada sua estimativa para a produção mundial de grãos na safra 2015/16 em 1,966 bilhão de toneladas. Em maio, o órgão projetou 1,968 bilhão de toneladas.

Esse leve ajuste foi determinado por um recálculo nas projeções para a produção de trigo, que passou de 715 milhões para 711 milhões de toneladas, 1,4% menos que no ciclo 2014/15, por conta de adversidades climáticas em importantes regiões produtoras. Chuvas nos EUA e na Índia têm afetado a produtividade e a qualidade do trigo. Na região do Mar Negro, o problema é a seca.

A projeção para a produção global de arroz também foi reduzida, de 482 milhões para 481 milhões. Mesmo assim, é um volume recorde, 5 milhões de toneladas superior ao da temporada passada, conforme o IGC. Entretanto, o órgão destacou que essa previsão é "provisória", devido às incertezas com o impacto do fenômeno climático El Niño na Ásia.

Já a estimativa para a produção mundial de milho em 2015/16 foi elevada de 961 milhões para 963 milhões de toneladas, 3,6% menos que em 2014/15. No caso da soja, o IGC manteve em 316 milhões de toneladas a previsão para a colheita em 2015/16, 1,86% abaixo do ciclo passada. A estimativa para os estoques de passagem permaneceu em 52 milhões de toneladas, (6% acima do ciclo anterior), mas as previsões para o comércio mundial da commodity foram reduzidas para 122 milhões.

---

### **Crise russa faz Brasil parecer mais atraente – O Estado de São Paulo, Empresas e Negócios. 28/06/2015**

O desastre econômico da Rússia, envolvida numa disputa de fronteira com a Ucrânia que lhe rendeu severas sanções internacionais, evitou que o Brasil perdesse posições entre os países preferidos pelos investidores internacionais. Mesmo tendo recebido no ano passado 2,3% menos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) do que em 2013, o Brasil avançou do 7.º para o 6.º lugar entre os principais receptores desses recursos. O

avanço deveu-se ao fato de o fluxo de capitais para a Rússia ter despencado (queda de 69,7% em relação a 2013), empurrando o país para a 16.<sup>a</sup> posição.

De acordo com o mais recente relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o Brasil recebeu US\$ 62,495 bilhões em investimentos estrangeiros produtivos no ano passado. O valor difere do divulgado pelo Banco Central (BC), que utiliza outros critérios e conceitos de aferição - em lugar do IED que divulgava em seus relatórios, o BC passou a calcular o Investimento Direto no País (IDP).

A lista da Unctad é liderada pela China (US\$ 129 bilhões de IED no ano passado), seguida por Hong Kong (US\$ 103 bilhões), Estados Unidos (US\$ 92 bilhões), Reino Unido (US\$ 72 bilhões) e Cingapura (US\$ 68 bilhões). A Rússia, que em 2013 recebera US\$ 68,9 bilhões em investimentos diretos, absorveu apenas US\$ 20,9 bilhões no ano passado.

A decomposição, por setores da economia, dos investimentos externos mostra como as oscilações do mercado afetam as decisões. Embora o agronegócio continue a demonstrar grande dinamismo, evitando a redução mais acentuada do Produto Interno Bruto (PIB), o volume de capital estrangeiro destinado ao setor primário despencou no ano passado. Isso se deve à queda da cotação das commodities, tanto as agrícolas quanto, sobretudo, as minerais.

A despeito da crise em que se arrasta há anos, a indústria continua a merecer a atenção dos investidores. O total destinado ao setor manufatureiro alcançou US\$ 22 bilhões no ano passado (aumento de 5%). Boa parte desse dinheiro é aplicada em projetos de maturação mais longa, como os do setor de petróleo e gás e a indústria automobilística. É uma indicação de que, pelo menos no exterior, há confiança na recuperação desses setores. Já o comércio, que absorveu US\$ 6,8 bilhões, continua a ser o principal destino dos investimentos.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa